



## MANTER O OUTRO À DISTÂNCIA: marcas de interdição na propaganda do governo sobre a reforma da previdência

Rudá Perini<sup>1</sup>

Vanise Medeiros<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso materialista, propõe uma reflexão acerca do discurso do governo Temer sobre a reforma da previdência. Para tanto, analisaremos um artigo chamado “Verdadeiro ou Falso” na página “Por dentro da reforma da Previdência” endereçada no *site* da Fazenda Federal. Tal discurso sobre a reforma da previdência se presta a explicar o que é a reforma e sua (suposta) emergência e necessidade. Trata-se de um discurso do governo que apresenta um funcionamento didático-combativo, pois explica o que é a reforma combatendo discursos outros; um discurso, portanto, cindido pelo movimento de se autolegitimar deslegitimando o outro. Encontramos no conceito de discurso sobre um ponto de apoio para introduzir a reflexão sobre o discurso do governo.

Tomamos o conceito de discurso sobre de Mariani (1996) para explorar o lugar (social e discursivo) de onde se produz o discurso do governo e os efeitos de sentido produzidos a partir deste lugar. Segundo a autora:

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* (‘discurso origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral representam lugares de autoridade em que se efetua algum de tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já conhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1996, p. 64, grifos da autora)

Entendemos, a partir de Mariani, que o discurso do governo sobre a reforma da previdência constitui-se como discurso sobre, já que se propõe a traduzir, decodificar, explicar a reforma da previdência para o sujeito-leitor. No entanto, o

---

<sup>1</sup> UFF.

<sup>2</sup> UFF; CNPq.

discurso do governo apresenta um funcionamento particular, porque aproxima discursos outros, deslegitimando-os, para falar sobre a reforma.

Para compreender este funcionamento didático-combativo, investimos em a) perguntas que se comportam como perguntas retóricas; e b) na negação. Por este caminho, trazemos a articulação<sup>3</sup> teórica entre noção de enunciado dividido, conforme Courtine ([1981] 2014), e a noção de heterogeneidade enunciativa, seguindo Authier-Revuz (1990). Além disso, para analisar o funcionamento da negação, nos baseamos em Indursky (1992). A escolha deste trajeto teórico-analítico se configura como um convite à reflexão sobre a disputa na/pela palavra sempre presente em tempos de crise. A língua materializa os rasgos e costuras no tecido social, expondo, para qualquer um que olhe atentamente, tensões nas relações de poder. Afinal, toda luta ideológica se dá na palavra, se materializa no discurso. Para Althusser,

“[...] na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra” (ALTHUSSER *apud* PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 195).

Busca-se, então, analisar no artigo “Verdadeiro ou Falso” enunciados que marcam a disputa entre o discurso produzido pela posição discursiva do governo e um discurso-outro produzido pela posição discursiva antagônica ao discurso do governo. Desse modo, como mostraremos, há no discurso do governo, de um lado, a convocação a interpretá-lo como verdadeiro, e de outro, a interpretar o discurso-outro como falso.

## 2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

É mister, antes de avançar, tecer algumas considerações sobre as condições de produção. Para isso, recorreremos à Pêcheux. No emblemático texto *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*, o autor vai paulatinamente elaborando a noção. Em primeiro lugar, se refere às condições de produção como “as ‘circunstâncias’ de um discurso” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 75). Mais adiante, revistando Saussure no tocante ao conceito de instituição, Pêcheux postula:

Seja, por exemplo, o discurso de um deputado na Câmara. Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da *fala*, na qual

---

<sup>3</sup> A reflexão a respeito da articulação teórica entre as noções de enunciado dividido e heterogeneidade enunciativa encontra-se mais trabalhada na dissertação do coautor Rudá Perini.

se manifesta a “liberdade do locutor”, ainda que, bem entendido, seja proveniente da *língua* enquanto sequência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tomado pelo sociólogo como uma *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada (ibidem, p. 76-77, aspas e grifos do autor).

No parágrafo seguinte, complementa e exemplifica:

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse; ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa [...] (ibidem, p. 77, aspas e grifos do autor).

Portanto, sabemos por Pêcheux que condições de produção do discurso é um conceito que engloba fatores imprescindíveis à análise, a saber: as circunstâncias e o sujeito (e o que ele representa no jogo das relações de força e projeções imaginárias). Porém, podemos aprofundar um pouco mais este ponto. Pêcheux, adiante, faz uma interessante alusão:

Nosso propósito não é, com efeito, o de estimular uma *sociologia* das condições de produção do discurso mas definir os elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos em sua generalidade: enunciaremos a título de proposição geral que os *fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento* mas com a condição de acrescentar imediatamente que *este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual deste termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto discurso, mecanismo que chamaremos “condições de produção” do discurso (ibidem, p. 78, aspas e grifos do autor).

A nossa leitura, por conseguinte, vai ao encontro de entender este “mecanismo de colocação” como o conjunto articulado regulador da produção de discurso “através da *situação* e da *posição* dos protagonistas do discurso em uma estrutura social dada” (ibidem, p. 147, grifos do autor).

Enfim, para amarrar, podemos dizer que a noção de condições de produção consiste, de acordo com Orlandi (2006, p. 17), na relação entre o sujeito e uma conjuntura dada na qual entende-se a conjuntura mais imediata: o lugar e o

momento em que se produz o dizer, o “aqui” e o “agora” da enunciação; e a conjuntura mais ampla: o contexto sócio-histórico e ideológico.

A partir do exposto, comentamos algumas das condições de produção da página analisada.

Na conjuntura política do pós-golpe de 2016, o governo Temer mostra-se empenhado em aprovar diversas medidas de sua agenda outrora anunciadas no plano “Uma Ponte para o Futuro”<sup>4</sup>. Uma das formas desse empenho pode ser observada no discurso do governo sobre a reforma da previdência. Entretanto, a tentativa de implementação da reforma não se dá sem resistência. Na medida em que o governo investe na publicidade em favor da reforma, vão ebulindo contradiscursos que vem a desconstruir os argumentos apresentados pelo governo. Assim, instaura-se uma posição discursiva do governo que defende acirradamente a reforma. A partir desta posição são criados artifícios para combater os contradiscursos tais como um *site* específico para a fazer propaganda sobre a reforma da previdência<sup>5</sup>, além de uma série de imagens, textos e vídeos publicados em seus canais oficiais e nas redes sociais. Começa, assim, a didatizar, explicar de sua posição o que é a reforma da previdência; e também a combater o outro, a isolar outras posições discursivas que se prestam a desmentir suas explicações.

É este movimento que nos interessa: o movimento de desmonte e deslegitimação de discursos outros que constitui o artigo “Verdadeiro ou Falso” apresentado na página “Por dentro da Reforma da Previdência”.

A página apresenta uma série links que levam a notícias, gráficos, outros artigos; todos com o mesmo foco: defender a necessidade de uma reforma na previdência. Na imagem abaixo, podemos visualizar a primeira parte da página.

---

<sup>4</sup> PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: mai. 2018.

<sup>5</sup> Este site, endereçado no domínio [www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia](http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia), dedicado exclusivamente a publicação de conteúdos sobre a reforma, saiu do ar por volta do mês de maio de 2018. Nele encontrávamos artigos, vídeos, gráficos, etc. Entretanto, não é mais possível acessá-lo. Em janeiro de 2019 a página que analisamos neste artigo também não se encontrava mais no ar. Isto nos leva a refletir sobre o caráter paradoxal que constitui o espaço digital. Se, por um lado, há um efeito de completude que o constitui (efeito que nos diz “na internet encontra-se tudo”), por outro, há também a falta (o inatingível, o que não se pode encontrar, o que não está mais lá).

Imagem 1: Reprodução da página *Por dentro da Reforma da Previdência*

**Por dentro da Reforma da Previdência**

Últimas Notícias | Artigos e análises | Perguntas e respostas (link externo) | Apresentações | Entenda a Reforma (link externo) | Dados abertos (link externo)

Neste site você encontrará informações econômicas sobre a Previdência, tanto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) quanto do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Estão disponíveis informações orçamentárias, estatísticas e dados em relação à Previdência no Brasil.

**20 mitos sobre a reforma da Previdência**

**NA IMPRENSA**

- Artigo: Marcos Mendes explica por que a reforma da Previdência é necessária
- Artigo: Mudar a Previdência beneficia a população de baixa renda, escrevem Mansueto Almeida e Marcos Mendes; entenda
- Artigo: Cobrança de dívidas previdenciárias é meritória, mas não resolve o fluxo de resultados negativos da Previdência
- Artigo: Mitos da Reforma da Previdência para políticos e servidores

**SAIBA MAIS**

- Artigo: Reforma da Previdência é essencial para preservar saúde e educação públicas
- Artigo: A importância da Reforma da Previdência para a retomada do crescimento econômico

Apresentação – 20 mitos sobre a reforma da Previdência

Fonte: <http://www.fazenda.gov.br/por-dentro-da-reforma-da-previdencia>

O que nos interessa é justamente o artigo de maior destaque na página, ocupando a maior parte de sua extensão. Vejamos o título do artigo que já indica seu modo de dizer sobre:

Imagem 2: Reprodução do título do artigo *Verdadeiro ou Falso*

**VERDADEIRO** ✓ **FALSO** ✗

Quando o assunto é Previdência Social, há dúvidas, por exemplo, quanto aos números do orçamento, a disponibilidade de recursos públicos e também com relação ao pagamentos de benefícios.

Aqui você encontra informações oficiais do Governo Federal.

Dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda (Secretaria de Previdência Social, Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e IBGE.

Fonte: <http://www.fazenda.gov.br/por-dentro-da-reforma-da-previdencia>

Este artigo é estruturado num esquema de verdadeiro ou falso, e por essa organização já nos é possível acentuar uma primeira interdição ao outro. Isto é, não há debate ou discussão sobre a questão, que é complexa e polêmica, há apenas negação ou afirmação inscritas sob a égide do falso ou verdadeiro: o verdadeiro (“o que digo”) e o falso (“o que o outro diz”). Esse (des)encontro de discursos e contradiscursos produz efeitos complexos no bojo das formações discursivas<sup>6</sup> (FD) em tensão. Um efeito em particular nos interessa aqui: a constituição de enunciados divididos, em que coabitam duas formações discursivas antagônicas, materializados em negações e perguntas (que funcionam como) retóricas.

### 3 ENUNCIADOS DIVIDIDOS E HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA: UMA PERSPECTIVA

Em relação a este embate entre discursos antagônicos, cabe introduzir um conceito que explora as relações de antagonismo entre FD no fio do discurso: o conceito de enunciado dividido.

Desse modo, mirando compreender o funcionamento de enunciados divididos no artigo “Verdadeiro ou Falso”, propomos articular esta noção à noção de heterogeneidade enunciativa. Tal proposta de articulação nos possibilita divisar outra dimensão dos enunciados divididos.

Os enunciados divididos são assim chamados pela existência, neles próprios, de marcas linguísticas que assinalam um limite entre uma FD com outra com a qual se mantém uma relação antagônica. Isto se dá, *a priori*, porque partimos do pressuposto de que toda formação discursiva é heterogênea – se constitui por pontos de heterogeneidade, buracos em suas fronteiras por onde discursos provenientes de outras FD penetram –, bem como todo discurso é heterogêneo, constituído por outros discursos. A fim de entender o heterogêneo, recorreremos à noção de heterogeneidade enunciativa. Ela se divide em duas: heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada.

---

<sup>6</sup> Segundo Pêcheux, seria “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 147)

A primeira, a heterogeneidade constitutiva, é a condição de constituição do próprio discurso, já que em todo discurso, mesmo que revestido de homogeneidade, há discursos outros, há o heterogêneo, isto é, há o Outro. Conforme Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade constitutiva é aquela da ordem da “exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, não localizável e não representável no discurso que constitui” (p. 32), sendo esta exterioridade interna o lugar “onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente [...]” (ibidem, p. 32). Em suma, todo discurso é fundamentalmente heterogêneo, pois é constituído pelo interdiscurso e pelo inconsciente, o que Authier-Revuz trata como o Outro.

A segunda, a heterogeneidade mostrada, é aquela identificada “como formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (ibidem, p. 26). A heterogeneidade mostrada se subdivide em marcada (discurso direto, discurso indireto, aspas, entre outras.) e não marcada (discurso indireto livre, ironia, paródia, entre outras). Nas palavras de Baalbaki,

As formas marcadas de heterogeneidade mostrada (discurso direto, discurso indireto, aspas, etc.) representam uma negociação com as forças da heterogeneidade constitutiva que, pela construção de desconhecimento desta, produzem uma representação ilusória, porém necessária, para que o discurso possa ser mantido. As formas não marcadas de heterogeneidade mostrada (discurso indireto livre, ironia, etc.) representam uma outra maneira de negociação com a heterogeneidade constitutiva. Trata-se de uma forma mais arriscada, pois joga com a diluição do outro no um. (BAALBAKI, 2010, p. 82)

Com isso, a forma mostrada, e principalmente a mostrada marcada, circunscreve e ao mesmo tempo estabelece limites para outro. Ela aponta, então, para o exterior delimitando o interior.

Portanto, em todo dizer, o dizer do outro habita, intervém de diversas formas. Este aspecto do discurso é o que Authier-Revuz chama de heterogeneidade enunciativa, podendo ser constitutiva ou mostrada. E esta última pode ainda ser mostrada marcada ou não marcada. O que propomos é pensar as formas marcada e não marcada alinhadas ao enunciado dividido. Isto é, um enunciado dividido poderia ser a materialização de alguma forma de heterogeneidade, iluminando os nós do heterogêneo entre FD.

Para compreender melhor a noção de enunciado dividido, é preciso trazer Courtine ([1981] 2014). O autor esquematiza os enunciados divididos na fórmula  $P\{X/Y\}$  a qual “provém, efetivamente, da correlação entre duas formulações extraídas de processos discursivos heterogêneos um em relação ao outro, mas de forma sintática determinada” (ibidem, p. 190). Trata-se, segundo o autor, de um enunciado que apresenta “não comutabilidade dos elementos em posição X e Y no contexto de formulação P” (ibidem, p. 191). Em outras palavras, um enunciado dividido comporta a fronteira entre formações discursivas marcada “pela identificação contrastiva de elementos de saber antagônicos” (ibidem, p. 193) que vêm “apontar, designar essa fronteira, exibi-la como regra para todo sujeito que deve enunciar ou interpretar tal formulação” (ibidem, p. 193). Em suma, um enunciado que “mostra a presença de dois enunciados distintos, antagônicos entre si; são discursos em confronto que convivem no mesmo enunciado” (CAZARIN, 2000, p. 177).

Esse alinhamento entre as noções de enunciado dividido e de heterogeneidade enunciativa, viabiliza uma outra perspectiva sobre as diversas formas em que um discurso-outro vem a interferir, atravessar o discurso que se formula, expondo a fratura e a divisão de sentidos.

#### **4 SOBRE O FUNCIONAMENTO DO “VERDADEIRO OU FALSO”**

O artigo “Verdadeiro ou Falso” estrutura-se em uma divisão categórica que supõe haver uma verdade inquestionável, comprovada através dos dados, e uma mentira. Esta divisão se sustenta no paradigma filosófico ocidental – legado da Lógica, tradição filosófica grega – no qual se organiza a realidade a partir de dois valores excludentes: o verdadeiro e o falso. Porém, da perspectiva discursiva, podemos problematizar este binômio ao levar em consideração que o que é considerado verdade só pode sê-lo a partir de uma dada posição-sujeito, identificada à uma formação discursiva, inscrita em uma formação ideológica. Além disso, para ser verdade precisa fazer sentido. E só pode fazer sentido pelo interdiscurso, porque já fez sentido antes e alhures. Propomos, então, pensar a verdade como um valor que se constrói sócio-historicamente pela linguagem. Logo não há verdade fora da linguagem, fora dos processos de significação. Bem como não há verdade sem sujeito, interdiscurso, ideologia.

No artigo aqui capturado como objeto de análise, temos a seguinte configuração: do lado esquerdo, uma coluna que avalia um dizer como verdadeiro ou falso; do lado direito, outra coluna traz informações que supostamente corroboram a avaliação feita na primeira coluna. Abaixo, podemos observar o primeiro dizer avaliado. À esquerda, na coluna “FALSO”, se encontra o dizer avaliado. E ao lado, encontra-se a coluna intitulada “O que os dados mostram” trazendo a explicação que corrobora o que foi avaliado como falso:

**Imagem 3:** Reprodução do primeiro item do artigo *Verdadeiro ou Falso*

	
<p><b>Não existe déficit na Previdência?</b></p>	<p>Dados da Secretaria de Previdência Social e do Tesouro Nacional, mostram que as receitas do Regime Geral de Previdência Social, que atendem os trabalhadores da iniciativa privada, somaram R\$ 358,1 bilhões em 2016, enquanto os gastos com o pagamento de benefícios foram de R\$ 507,9 bilhões. Ou seja, as despesas foram maiores que as receitas em R\$ 149,8 bilhões.</p>
<p>Há déficit bilionário e crescente. Por isso o Brasil enfrenta agora a necessidade de aprovar a reforma da Previdência para evitar a falência do sistema.</p>	<p>Quando agregamos a essa conta a previdência dos servidores públicos federais, civis e militares, o déficit se amplia. A receita do regime previdenciário desses servidores em 2016 foi de R\$ 33,6 bilhões, enquanto a despesa somou R\$ 110,8 bilhões, resultando em déficit de R\$ 77,2 bilhões.</p>
<p>As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários têm aumentado em ritmo muito superior ao do aumento das receitas. Nesse cenário, a conta não fecha e o déficit da Previdência tem sido maior a cada ano.</p>	<p>Somando os déficits dos dois regimes chega-se a um total de R\$ 227 bilhões em 2016.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ É quase <b>dez vezes</b> o valor gasto com o Programa Bolsa Família, que despendeu R\$ 28 bilhões em 2016; e</li> <li>▪ É <b>mais que o dobro</b> de todo o gasto do Ministério da Saúde.</li> </ul>
	<p>E esse número só cresce. Para 2017 a previsão é de um desequilíbrio de R\$ 263 bilhões.</p>
	<p>Os cálculos que apontam um superávit na Previdência contêm várias distorções. Em primeiro lugar, os que apresentam essa conta misturam o conceito de Seguridade Social com o conceito de Previdência Social. A Seguridade é mais ampla, pois, além da Previdência, abarca também a Assistência Social e a Saúde.</p>
	<p>Os artifícios utilizados para mostrar um superávit são:</p>
	<p>i) usar os dados até 2015, pois a partir de 2016, mesmo com manipulações contábeis, não se consegue apresentar uma conta superavitária;</p>
	<p>ii) retirar do cálculo as receitas e despesas da Previdência dos servidores públicos e militares, sem apontar de onde sairá o dinheiro para pagar esse déficit;</p>
	<p>iii) considerar as renúncias previdenciárias como receita, sem lembrar que, essas renúncias beneficiam, em sua maioria, pequenas e microempresas e, se revogadas, poderão inviabilizar muitas dessas empresas; e</p>
	<p>iv) considerar como recursos o valor desvinculado pela DRU, que atualmente não retira dinheiro definitivamente da Seguridade, pois outros recursos são aportados a esse orçamento para substituí-la.</p>
	<p><b>Confira o passo a passo sobre qual é a forma correta de calcular o déficit e quais são os erros do cálculo que aponta um superávit</b></p>

Fonte: <http://www.fazenda.gov.br/por-dentro-da-reforma-da-previdencia>

Vamos à coluna que encabeça o que é posto como falso, já que a ela, uma outra, indicando o que seria verdadeiro (comprovado pelos dados), se opõe. Eis o primeiro enunciado da coluna do falso, o qual recortamos e introduzimos aqui como uma sequência discursiva:

SD1: “Não existe déficit na Previdência?”

Duas são as marcas que destacamos: a negação e a pergunta. Começando pela negação, iluminemos o comparecimento do *não* no enunciado. Indursky (1992), no tocante à negação, distingue três operações discursivas diferentes, a negação externa, negação interna, e negação mista:

a **negação externa**, que incide sobre o que *não pode ser* dito no interior de FD1, a **negação interna**, que incide sobre o que *pode mas não deve ser* dito neste domínio de saber e a **negação mista**, que mobiliza as duas modalidades anteriores numa única operação de negação. (INDURSKY, 1992, p. 309, 310, grifos da autora)

Em primeiro lugar, o *não*, adjunto adverbial que confere sentido negativo ao verbo *existe*, parece funcionar como uma modalidade de negação a qual Indursky (1992) chama de *negação externa*, aquela que “incide sobre um discurso que provém de uma formação discursiva adversa (FD). Essa modalidade estabelece fronteiras entre discursos ideologicamente antagônicos” (ibidem, p. 310). Logo, pela negação, temos uma marca linguística de divisão no enunciado, portanto, um enunciado dividido. Se uma posição nega, aí se inscreve outra posição que afirma. Esta divisão ficaria representada da seguinte maneira:

{ Não existe déficit na Previdência (discurso do outro)  
 { Existe déficit na Previdência (discurso do governo)

Entretanto, o que está em jogo em SD1 é justamente o deslocamento desta negação do lugar discursivo do outro para o lugar em que ela já não funcionaria como uma negação externa, passando a funcionar como negação mista, uma vez que o limite entre “o que não pode ser dito” e “o que pode, mas não deve ser dito” fica esmaecido. Isto nos leva a pensar que este deslocamento produz um movimento de desregulação de sentidos na negação. Em outras palavras, a negação advinda de uma formação discursiva antagônica que nega haver déficit na previdência é acolhida pela posição discursiva do governo, que defende a reforma, mas, ao ser

posta como pergunta, e se encontrar na coluna intitulada “*FALSO*”, é deslegitimada, negada.

O *não* de SD1, ainda, assume comportamento retórico, pois a afirmação subjacente está na ordem da evidência, do óbvio, como se vê no enunciado que vem imediatamente em seguida: “Há déficit crescente e bilionário”. Esse efeito se reforça com a colocação da negação na forma interrogativa. Temos, deste modo, uma pergunta que funciona como pergunta retórica, porque a resposta está posta, está dada (para esta posição discursiva).

Por este caminho, vemos que a pergunta se sobrepõe à negação: “Não existe déficit na Previdência?”. Tal indagação poderia conter uma resposta negativa: “não, não existe déficit na previdência”. Não é, contudo, o que ocorre. A resposta é “Há déficit bilionário e crescente”. A articulação da pergunta com a resposta nos permite, então, observar que o enunciado-outro, isto é, o de outra posição, não pode ocupar outro lugar no discurso do governo senão o lugar do ilegítimo.

Portanto, a negação – aquela pertencente ao discurso-outro – sob a forma de uma interrogativa, funcionando como pergunta retórica, e ainda, inserida na coluna “*FALSO*”, filia este discurso-outro duplamente à ordem do ilegítimo, é duplamente negada, como se a posição discursiva do governo tentasse apagá-la e sobrescrevê-la. Interessante notar que a palavra *falso* também tem duplo efeito porque: a) incide sobre a negação: “não existe déficit na Previdência”, isto é “este enunciado é falso”. E, b) interdita um “não” possível que responderia à pergunta, resposta que produziria o efeito de reforçar a negativa: “Não existe déficit na Previdência?”; “Não, não existe déficit”.

Enfim, a coluna à direita, intitulada “O que os dados mostram”, inscreve o que seria a explicação que corrobora ou refuta o enunciado disposto na coluna à esquerda. Nela, destacamos a palavra *dados*. Este item lexical atualiza uma evidência sobre o que é da ordem do dado, do comprovado, do irrefutável, fazendo funcionar interdiscursivamente um efeito de evidência científica. Esse efeito é reforçado, ainda, pela gravura de um pequeno gráfico crescente produzindo sentido de estatística, pesquisa, estudo de índices, etc., que, nesta configuração, cola-se ao

enunciado preenchendo-o de sentidos, configurando-se, desta forma, como pré-construído.

O efeito de pré-construído, consoante à Pêcheux, seria

[...] a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios do pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento de outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí. (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 89, aspas do autor.)

O pré-construído é entendido como componente do interdiscurso, a parte relativamente estável, o conhecido não esquecido. Seguindo Pêcheux, seria como se esse elemento já se encontrasse sempre aí por efeito da interpelação ideológica, funcionando como objeto simples do mundo, proveniente de outros discursos; o “já sabido” que é evidente para o sujeito em certas formações discursivas.

Este efeito pode ser interpretado também no sintagma *o que*, que poderia ser parafraseado por “aquilo que”, ou seja, “aquilo que os dados mostram”. Isto é, o *o que* aponta para algo exterior que se encaixa no enunciado, e simultaneamente se volta sobre si mesmo: “os dados mostram aquilo” e “o que os dados mostram é o que os dados mostram”. Assim, reveste-se com uma dupla camada de evidência: traz o pré-construído e atualiza-o. E este conjunto (imagem do pequeno gráfico somado ao texto) produz um efeito de verdade, interditando a possibilidade de se questionar a explicação, o que implica numa interdição ao dizer diferente.

## 5 PALAVRAS FINAIS: AINDA SOBRE O LUGAR DO OUTRO

Encaminhando essa reflexão para um desfecho, seguimos observando as interdições ao outro. Nesta direção, destacamos o comparecimento de perguntas apenas nas colunas intituladas “FALSO” em oposição às demais sentenças assertivas nas colunas “VERDADEIRO”. Vejamos, a seguir, como a página dispõe as demais colunas:

**Imagem 4, 5, 6:** Reprodução dos enunciados avaliados como verdadeiro no artigo *Verdadeiro ou Falso*

Encaminhando essa reflexão para um desfecho, seguimos observando as interdições ao outro. Nesta direção, destacamos o comparecimento de perguntas apenas nas colunas intituladas “FALSO” em oposição às demais sentenças assertivas nas colunas “VERDADEIRO”. Vejamos, a seguir, como a página dispõe as demais colunas:



**A reforma é inevitável por causa do envelhecimento da população**

Sem mudar as regras atuais, o gasto com Previdência no Brasil poderá alcançar 23% do PIB em 2060, valor muito superior ao padrão internacional.

A reforma visa diminuir a pressão da Previdência no orçamento federal. Com o equilíbrio das contas, o Governo terá mais recursos para investir em outras ações e a dívida pública irá diminuir.

Com contas públicas em equilíbrio, fica estabelecido um ambiente que permitirá a queda das taxas de juros e maior disponibilidade de recursos para que as empresas ampliem seus investimentos e as famílias tomem crédito para financiar a compra da casa própria ou de bens duráveis, elevando o investimento total e promovendo o crescimento da economia nos próximos anos.



**A reforma da Previdência reduz a desigualdade**

A proposta de reforma da Previdência elimina diversas regras especiais, que favorecem servidores públicos de alta renda, políticos e magistrados, o que reduz a desigualdade no sistema previdenciário.

O estabelecimento de uma idade mínima também atua neste sentido, uma vez que a maior parte da população de baixa renda já se aposenta por idade.



**Revisão de renúncias não resolve problema do crescimento de despesas**

A revisão das renúncias de receita previdenciária não evita a necessidade de reforma.

Além disso, não resolve o problema do crescimento constante e elevado das despesas com aposentadorias e pensões, foco da reforma previdenciária. As renúncias estão sendo cuidadosamente reavaliadas pelo governo.

Fonte: <http://www.fazenda.gov.br/por-dentro-da-reforma-da-previdencia>

**Imagem 7, 8, 9:** Reprodução dos enunciados avaliados como falso no artigo *Verdadeiro ou Falso*



**A DRU desvia recursos da Previdência?**

A Desvinculação das Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite a flexibilidade para gerenciar as fontes de recursos a cada mês, mas não retira recursos da Seguridade Social.



**A cobrança da dívida de grandes empresas solucionaria o déficit?**

Não resolve o problema.

A cobrança de dívidas previdenciárias, principalmente de grandes empresas, já é feita com o máximo de rigor, mas esses processos obedecem a ritos judiciais que impedem a rápida cobrança. Além disso, parte significativa da dívida ativa é de empresas que faliram ou não mais existem.



**Não existe déficit na Previdência?**

Há déficit bilionário e crescente. Por isso o Brasil enfrenta agora a necessidade de aprovar a reforma da Previdência para evitar a falência do sistema.

As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários têm aumentado em ritmo muito superior ao do aumento das receitas. Nesse cenário, a conta não fecha e o déficit da Previdência tem sido maior a cada ano.

Fonte: <http://www.fazenda.gov.br/por-dentro-da-reforma-da-previdencia>

Nas colunas “VERDADEIRO”, os enunciados comparecem como assertivas, como certeza, como fatos. Já nas colunas “FALSO”, os primeiros enunciados comparecem na forma interrogativa e, em especial o primeiro deles (analisado mais acima), na

forma negativa. Um jogo marcado, portanto, pela impossibilidade de o outro significar. Isto nos levou a notar que o modo como se estrutura as colunas “FALSO”, em que comparecem a negação e a pergunta (como se fosse) retórica, bem como a distribuição das perguntas e assertivas, produzem um emaranhado de efeitos de sentido que interditam o outro, encerram o outro ao espaço da mentira, do ilegítimo, do questionável. Em suma, a posição discursiva do governo tenta cimentar os furos nas fronteiras da formação discursiva com a qual se identifica de modo que o outro pode ser dito, mas só pode ser dito para ser desdito.

Enfim, para concluir, neste breve percurso perpassado por teoria e análise, pretendemos dar a ver, no discurso do governo sobre a reforma da previdência, os modos de significar o outro (que resiste). Nos propomos a observar, a partir da articulação entre os conceitos de enunciado dividido e heterogeneidade mostrada, o funcionamento particular de enunciados advindos de uma formação discursiva antagônica dentro do discurso do governo. Focalizamos o enunciado “Não há déficit na previdência?”, em que o discurso do governo traz uma negação advinda de outra formação discursiva para interdita-la duplamente, inserindo-a na coluna intitulada “FALSO” e de sobrescrevendo-a na forma de pergunta retórica. Sinalizamos, ainda, na configuração do artigo analisado, uma regularidade na inscrição de enunciados atribuídos ao discurso do outro, os quais comparecem sob a forma de pergunta retórica. Tais funcionamentos nos levaram a divisar não só o embate entre FD antagônicas, mas também a disputa na e pela palavra que se materializa na língua. Disputa que sempre se faz presente em tempos de crise.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). CRUZ, Celene. GERALDI, João Wanderley (trad). In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Vol 19. Campinas: 1990.

BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. **A revista Ciência Hoje das Crianças e o discurso de divulgação científica: entre o ludicismo e a necessidade**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2010.

CAZARIN, Ercília Ana. O confronto entre duas posições de sujeito, inscritas em diferentes formações discursivas, marcado linguisticamente pelo enunciado dividido.

In: INDURSKY, Freda & CAMPOS, Maria do Carmo. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

COURTINE, Jean-Jacques. (1981). **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984). Tese (Doutorado em Letras). Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1992.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996, 254 f. Tese (Doutorado em Linguística). Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PECHÊUX, Michel. Análise automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. [1969] 3ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. [1975] 5ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

### Referência do corpus

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Por dentro da reforma da previdência. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/por-dentro-da-reforma-da-previdencia>. Acesso em: mai. 2018.